

Da globalização da economia à falência da democracia¹

Carlos Estevam Martins

Introdução

A problemática a ser aqui abordada é de extrema complexidade. Ela envolve não só a caracterização da economia mundial contemporânea como também a análise de suas implicações no campo social, espacial, cultural e político, com ênfase na nossa situação específica de país subdesenvolvido, situado na periferia do sistema mundial. Não se trata aqui de examinar essa problemática em toda a sua amplitude e profundidade. Pretendemos apenas organizar informações disponíveis de modo a ver com mais clareza os conteúdos e contornos da situação que estamos vivendo.

O argumento central pode ser resumido em poucas palavras. A globalização, como qualquer outro processo de mudança, produz efeitos benéficos e maléficis. Até ai, nada de mais. Dá-se porém que, entre os malefícios que ela produz, encontra-se a destruição das condições que tornam possível a construção e o funcionamento do regime democrático. Resultado: somos tangidos pela globalização e nada podemos fazer contra seus aspectos negativos na medida mesma em que não dispomos dos instrumentos de luta que só o regime democrático poderia nos proporcionar. Quanto mais a globalização avança, mais distantes ficamos da realização do ideal democrático. Vale dizer, mais impotentes. A situação é tão grave que nem sequer sabemos mais qual é o significado da palavra democracia. Não sabemos, nem fazemos questão de saber.²

1. O conceito de globalização

Simplificadamente, a globalização pode ser entendida como o resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial. Em outras palavras, trata-se de um processo que, para avançar, requer a abertura dos mercados nacionais e, tanto quanto possível, a supressão das fronteiras que separam os países uns dos outros. O motor que impulsiona a globalização para

(1) A elaboração deste artigo foi amplamente baseada nos estudos realizados por Hobsbawm (1994); Chesnais (1994); Kurz (1993); Belluzzo (1995); Braga (1992) e Anderson (1995). Eventuais erros, omissões e equívocos de interpretação são naturalmente de minha inteira responsabilidade.

(2) O mesmo aconteceu com o conceito de socialismo. Uma análise desses novos desconhecimentos encontra-se em Azevedo (1995).

diante é a competição, juntamente com tudo aquilo que ela exige como condições de sua realização integral, vale dizer, competição irrestrita (livre de entraves que a possam cercear) e universal (envolvendo todos contra todos em qualquer ponto do planeta).

Global e globalização são termos que não devem ser confundidos com internacional e internacionalização. Global e globalização não se referem a relações entre nações, mas a forças supranacionais que, sem ter compromissos maiores com suas bases territoriais de origem, condicionam por toda parte o funcionamento das sociedades nacionais. Conceitualmente – embora não empiricamente – a globalização transcende o fenômeno do imperialismo, caracterizado pela solidariedade entre o Estado e a grande burguesia nacional. Como diz Hobsbawm (1994), nos dias que correm nem sempre é certo afirmar que o que é bom para a General Motors também é bom para os Estados Unidos, ou, como observa Kurz (1993), está ficando mais certo dizer *made in Mercedes* do que *made in Germany*.

A que país pertencem os navios que trafegam sob bandeira panamenha? A nenhum, na medida em que de panamenha só existe a bandeira e de outras nacionalidades não há nenhum vestígio. O mesmo se aplica ao território da grande maioria dos 70 países com populações insignificantes (inferiores a 2,5 milhões de habitantes) que, transformados em bases de aluguel, hoje geram renda como paraísos fiscais, prestando serviços às forças supranacionais da economia global.

Com a globalização, os investidores, estejam onde estiverem, ficam assegurados de que estão sendo tomadas providências (liberalizadoras, desregulamentadoras, privatizadoras e terceirizadoras) para abolir os obstáculos que por ventura impeçam a realização de suas atividades onde quer que se torne possível obter lucros.

Esse processo de abertura cosmopolizante vem sendo imensamente facilitado pelos novos sistemas de telecomunicação por satélite, a microeletrônica e as novas tecnologias de processamento de informações. Como observa Chesnais (1994), tais avanços dos meios de comunicação, monitoramento e controle, permitindo a expansão, praticamente ilimitada da propensão à mobilidade que é intrínseca ao capital, maximizaram o trunfo competitivo representado pela capacidade de investir e desinvestir, empregar e desempregar, contratar e destratar.

Por isso mesmo não se pode confundir globalização com mundialização. Para mundializar a economia seria necessário implantar instituições políticas de âmbito mundial, capazes de reengastar as forças econômicas, submetendo seus movimentos a regras, metas e propósitos conscientemente elaborados e politicamente estabelecidos.

A mundialização seria, assim, o fruto supremo do processo civilizatório. A globalização é justamente o oposto. Ela obedece aos desideratos dos grandes

grupos industriais e dos detentores de vastos recursos financeiros. São forças poderosíssimas cujos interesses são promovidos e ao mesmo tempo dissimulados pelo funcionamento aparente dos mecanismos impessoais do mercado. O capital, nas formas em que atualmente se manifesta, não quer saber de políticas mundiais cerceadoras de sua liberdade de ir e vir. Ao contrário, pretende que todos os povos se ajustem às exigências dos novos tempos e se submetam à ordem econômica existente, despindo-se de qualquer pretensão de controlar e dirigir o processo global de acumulação que se desenrola num novo mundo sem fronteiras.

Em resumo, três pontos merecem ser destacados. A globalização pode ser descrita como um fenômeno

- cujo antônimo seria a nacionalização: global é o oposto de nacional, globalizante é a negação de nacionalizante;
- cuja natureza seria o predomínio dos mecanismos de mercado sobre os fatores constitutivos da vida sociocultural e, finalmente,
- cuja pré-condição necessária (embora não-suficiente) seria a liberdade de todos os atores sociais, destacando-se, em primeiro lugar, a liberdade de movimento das unidades de capital.

A liberdade está no cerne da questão. Justamente por isso é que o processo material de globalização é representado no plano ideológico pelo pensamento liberal. Em última análise, é o liberalismo que justifica e legitima os comportamentos ajustados às pressões globalizadoras. Como poderiam, por exemplo, os consumidores brasileiros preferir computadores importados ao invés de apoiar a construção da indústria nacional de informática, se suas consciências não tivessem sido previamente conquistadas pelo credo liberal? Como seria possível, sem a hegemonia do liberalismo, a vitória da eficiência sobre a solidariedade, a celebração do individualismo possessivo e consumista que coloca as leis de mercado acima de quaisquer outras e não admite que fatores extra-econômicos interfiram no processo de diferenciação da riqueza, da renda e do consumo?

A globalização possui um grande potencial de legitimação. Ela como que confirma a hipótese central do liberalismo, segundo a qual quanto mais elevados os níveis de liberdade concedidos aos agentes econômicos, tanto maiores serão os níveis de progresso material alcançados pela humanidade. A prova disso aí está: graças ao fantástico desenvolvimento das forças produtivas propiciado pela globalização, os bens e serviços disponíveis no mercado mundial são cada vez mais variados e numerosos, possuem mais qualidade, são tecnologicamente mais sofisticados e seus preços tendem a baixar. Havendo liberdade de comércio, esses bens e serviços são postos à disposição dos consumidores que constituem a contraparte demandante dessa oferta global. Isso é progresso. Nesse sentido, a globalização é um bem.

No reverso da medalha, porém, acumulam-se as fontes de deslegitimação. Quanto maior tem-se tornado a abrangência e o predomínio do sistema econômico, mais amplas e avassaladoras têm sido as manifestações de exclusão social; quanto maior o PIB mundial, tanto maiores as disparidades entre países, regiões e classes sociais; quanto maior a quantidade e a velocidade com que as informações circulam, tanto mais a televisão, as drogas, o consumismo e a dissolução da vida familiar difundem desinteresse, ignorância e alienação, especialmente no seio das novas gerações; quanto mais abundante é a oferta de alimentos, mais incompreensível se torna a existência de tantos milhões de famintos; quanto mais avança o conhecimento científico da natureza, tanto mais se diversifica e se aprofunda a destruição do meio-ambiente; quanto mais se fala de paz na era pós-guerra fria, tanto mais se multiplicam os conflitos de todo tipo pelo mundo afora (cerca de 50 nos anos 90 contra menos de 10 na década de 50) (Rattner, 1996).

Vemos por aí que o movimento globalizador tem duas faces: de um lado, liberdade significa liberação; de outro, significa desproteção. Para liberar é preciso desproteger. É preciso derrubar as barreiras tarifárias e extratarifárias que protegem os países dos efeitos perniciosos e tantas vezes letais da concorrência internacional; é preciso privatizar o que fora assumido como responsabilidade estatal; é preciso desregular o que estava sob o amparo de normas estabelecidas; é preciso flexibilizar as relações capital-trabalho abolindo a segurança dos direitos conquistados; é preciso terceirizar o que antes se definia como serviço público; é preciso dessocializar os indivíduos, desprendendo-os de suas raízes e abrindo-lhes a alma para aquilo que tem sido definido como “o futuro da nossa cultura” que há de ser “cosmopolita e litorânea, permeável às influências estrangeiras e ao ecletismo pós-moderno”, pois tal é a tendência “que ganha impulso com a globalização”.

2. Os anos dourados

A história do pós-guerra se divide em duas partes. A primeira, que vai de 1945 ao início dos anos 70, é conhecida como os anos dourados ou os 30 gloriosos. A segunda é a fase atual, iniciada nos anos 70 e conhecida como a era da globalização. A primeira foi a época de expansão de um capitalismo reformado e domesticado, como que salvo de si mesmo; a segunda é uma época de regressão em que o capitalismo voltou a se desprender das amarras sociais, para ficar solto, entregue a si mesmo, operando por conta própria (Hobsbawm, 1994).

Nos anos gloriosos a reconstrução da economia mundial foi presidida pelas inovações institucionais consignadas no acordo de Bretton Wood entre as quais se destacam o FMI, o Banco Mundial e o GATT. Traço típico daquele

período era a concepção de que a nova ordem econômica mundial haveria de funcionar como parte integrante de uma nova ordem política internacional cuja organização de cúpula seria a ONU.

Os anos dourados foram gestados por uma variedade de intervenções heterodoxas que reformaram o sistema econômico e o Estado capitalista. Tornou-se assim possível uma série de inovações: o funcionamento de agências de planejamento, o controle de preços e a elaboração de políticas no campo da indústria, do comércio exterior e da seguridade social; os controles exercidos pelos bancos centrais sobre o sistema bancário e as instituições financeiras; a melhoria do sistema tributário com o aumento da participação das receitas no PIB; o estatuto legal dos sindicatos de trabalhadores que permitiu a introdução dos acordos coletivos. Tais reformas, note-se bem, não foram ditadas pelo jogo cego das forças de mercado. Elas resultaram da ação humana consciente (Hobsbawm, 1994) que interveio para criar uma estrutura institucional capaz de conciliar o dinamismo econômico do capitalismo com as orientações valorativas elaboradas no espaço sociocultural.

Graças a uma espécie de mútuo entendimento tácito, estabeleceu-se uma situação de compromisso entre as classes fundamentais. Os capitalistas passaram a aceitar como legítimos tanto o movimento sindical quanto os gastos sociais do Estado. Os assalariados, por sua vez, deixando de se opor às regras do lucro, limitavam suas reivindicações de modo a não impedir a reprodução ampliada do sistema capitalista. O equilíbrio geral entre oferta e procura era alcançado via políticas macroeconômicas de inspiração keynesiana, enquanto que o equilíbrio entre salários e lucros era estabelecido via acordos coletivos supervisionados pelo Estado. As políticas sociais na área da educação, saúde, seguridade e assistência ficavam a cargo do estado de bem-estar em franca expansão (Offe, 1989).

Tudo isso junto redundava num círculo virtuoso retroalimentado pelos valores ascendentes do sistema de variáveis socioeconômicas: tudo subia, produtividade, lucros, salários, padrão de vida, segurança, estabilidade, harmonia social, prosperidade geral.

No capitalismo conduzido pelo welfarestate-keynesiano os grandes desequilíbrios manifestados nas crises econômicas profundas, como a de 29, foram substituídos por flutuações suaves, facilmente toleráveis. A taxa de desemprego reduziu-se na Europa a apenas 1,5% da população economicamente ativa.

Níveis salariais crescentes proporcionaram aos trabalhadores acesso a um padrão de vida então desconhecido, ao mesmo tempo em que, graças à proteção social, os inválidos, os enfermos e os mais velhos passaram a poder enfrentar as dificuldades inevitáveis, menos afligidos pelo sentimento de insegurança. Tudo indicava que a vida estava melhorando e que o futuro traria cada vez mais prosperidade e bem estar.

3. O mundo mudou

Do início dos anos 70 para cá, o mundo mudou. Luttwak (1996) cunhou o termo turbocapitalismo (ou capitalismo turbinado) para designar “o atual grau de livre comércio e de competição em que nos encontramos(...). A busca da eficiência a todo custo e o excesso de competição entre as empresas estão moendo as pessoas(...). Estamos sendo apresentados à face sórdida do capitalismo. Ela se manifesta na forma de competição selvagem, na busca da eficiência econômica como o bem final de uma sociedade”.

Para que possamos compreender a natureza das mudanças ocorridas faz-se necessário ter presente as principais características da economia mundial contemporânea.

A primeira delas é a expansão das grandes empresas que, a partir de sua base nacional, implantaram filiais no exterior, obedecendo a modelos organizacionais e estratégias competitivas concebidas em escala mundial. Verifica-se nesse segmento notável processo de concentração de capital que vem se acentuando mediante a realização de investimentos cruzados, fusões e incorporações, especialmente em cada um dos pólos da trilateral (EUA, Europa e Japão). Em 1990, os 100 maiores grupos econômicos foram responsáveis por um terço do montante mundial de investimentos diretos no exterior, detendo ativos que então já se elevavam a US\$ 3,2 trilhões, 40% dos quais localizados fora do país de origem (Chesnais, 1994).

Além disso, as multinacionais de hoje distinguem-se das que existiam nas primeiras décadas do pós-guerra pelo modo como se organizam e pela estratégia (dita tecno-financeira) que adotam para poder participar do processo de acumulação internacional em qualquer setor de atividade (industrial, financeiro ou de serviços). Suas formas de atuação, tornaram-se muito diversificadas, de um lado, graças à terceirização das etapas mais elementares dos processos de produção e comercialização e, de outro, graças à capacidade de montar as chamadas “operações complexas” que coordenam contribuições provenientes dos mais diversos quadrantes: empresas industriais, centros de pesquisa, sociedades de engenharia, bancos internacionais, agências de publicidade, organismos multilaterais de financiamento, além de lobbies, grupos de pressão e advocacia administrativa.

A segunda característica fundamental da economia contemporânea consiste no extraordinário peso que a ciência e a tecnologia passaram a ter como forças produtivas de crucial importância. A capacidade de gerar e/ou se assenhorar do saber técnico-científico converteu-se no fator que decide o destino dos embates competitivos. A principal barreira à entrada nos mercados mundiais não é mais o acesso a fontes de matéria-prima, o controle das redes de distribuição, as economias de escala realizadas no processo produtivo ou qualquer

outro fator até recentemente considerado relevante. Nos dias de hoje os conhecimentos constituem a vantagem decisiva que bloqueia e derrota os concorrentes.

Saliente-se que os gastos em “pesquisa e desenvolvimento” são altamente concentrados, tanto no âmbito dos países, quanto no das empresas. Para os países e empresas da periferia também nesse caso a globalização, ao contrário da abrangência inclusiva que o termo sugere, significa ficar de fora. O montante das despesas assume tais proporções que mesmo os grupos transnacionais mais gigantescos são obrigados a apelar para a ajuda de terceiros, estabelecendo alianças estratégicas entre si ou acordos de cooperação técnica com instituições de pesquisa ou empresas menores, tecnologicamente sofisticadas, além de engajarem os governos no financiamento dos grandes programas de pesquisa e do assim chamado sistema nacional de inovação.

O extraordinário desenvolvimento das forças produtivas é, no entanto, a fonte que alimenta graves distorções estruturais típicas do capitalismo turbinado: a competição exacerbada, a valorização do novo pelo novo, a obsolescência precoce de investimentos, processos e produtos, a irradiação acelerada de efeitos de demonstração entre países, regiões e classes sociais.

Em terceiro lugar, temos o surgimento da assim chamada “macro-estrutura financeira”. Trata-se de uma configuração de caráter misto, público-privado, constituída pela monumental massa de recursos hoje concentrada nas mãos de bancos centrais, grandes bancos internacionais, fundos de investimento, companhias de seguro, corporações multinacionais, fundos de pensão e proprietários de grandes fortunas. Como diz José Carlos Braga, a formação dessa macro-estrutura é a marca mais típica do processo de globalização. Ela liga tudo com tudo dado que configura uma malha de conexões que torna os detentores da riqueza privada interdependentes entre si e com os Estados nacionais, através da gestão das dívidas públicas.

A soma dos recursos movimentados pela macro-estrutura financeira é assustadora (cerca de US\$ 10 trilhões). Mas mais assustadora ainda é a velocidade acelerada com que vem se expandido essa massa de dinheiro globalizado. No período 1980/88, enquanto o comércio mundial apenas duplicou e o fluxo de investimentos diretos no exterior cresceu três vezes e meia, o valor das transações no mercado financeiro internacional aumentou nada menos do que oito vezes e meia.

Esse volume de recursos não para de crescer e de se movimentar por todas as partes através das mais variadas formas de aplicação lucrativa (novos produtos ou inovações financeiras) viabilizadas pelo avanço da desregulamentação, da desintermediação e do desbloqueio. Assim é que para Chesnais, dado o peso que adquiriu e a importância dos papéis que passou a desempenhar, a esfera financeira

deve ser definida como a frente avançada do movimento de globalização do capital.

Do ponto de vista qualitativo, o fenômeno novo consiste em que as instituições financeiras extrapolaram suas funções clássicas de intermediação financeira e fornecimento de crédito para os investimentos produtivos. A esse respeito basta dizer que para facilitar o acerto das contas referentes à compra e venda de mercadorias no comércio internacional não é necessário mais do que 3% das transações diárias dos mercados de cambio (Chesnais, 1994).

Na verdade, a esfera financeira se autonomizou. Ela passou a ser um campo de valorização independente, no qual se desenvolve a forma mais fetichizada de manifestação do capital: é o dinheiro gerando mais dinheiro, diretamente, sem passar pelos processos de produção de mercadorias e de comercialização das mercadorias produzidas.

A subversão que isso representa fica mais patente quando se observa que a lucratividade puramente financeira, decorrente da simples compra e revenda de papéis, arrastou para o seu mundo fantasmagórico as próprias empresas industriais, mercantis e de serviços tal como é evidenciado pela participação crescente das receitas-não-operacionais no volume de negócios das organizações não-financeiras.

Essa massa concentrada de capital-dinheiro, liberta dos vínculos que a subordinavam ao capital-produtivo e cada vez mais livre das restrições de ordem legal, política e geopolítica que poderiam lhe tolher os passos, tornou-se hoje senhora de si. Quem o diz é o próprio Financial Times: “porque lidam todos os dias com bilhões e bilhões de dólares que transitam entre os países, os mercados financeiros passaram a ser a polícia, o juiz e o júri da economia mundial”. No gozo das condições que lhe permitem agir ao seu bel prazer, o capital-dinheiro está autorizado a se engrandecer incessantemente através de movimentos autônomos de valorização. É natural, por conseguinte, que ele se erga como força independente e todo-poderosa frente aos Estados nacionais e à maioria esmagadora das empresas, assim como frente às classes e grupos sociais desprovidos de riqueza própria (Chesnais, 1994).

Estados, empresas e classes têm que se submeter às decisões dos mercados financeiros e arcar com as conseqüências daí resultantes, não podendo mais seu destino transcorrer independentemente, à revelia do movimento do dinheiro no mercado mundial. Quem dita os rumos, sejam quais forem as conseqüências para a vida das sociedades, é o interesse do lucro financeiro.

Vale a pena reproduzir aqui as palavras com que Solomon (1995) descreve o comportamento dessa “onda oceânica de dinheiro-sem-estado (*stateless money*) que rompeu as fronteiras nacionais durante a revolução financeira dos anos 80”. O capital-dinheiro, livre e desimpedido, “foi se avolumando graças à integração dos mercados financeiros privados e hoje cruza

as fronteiras (supostamente) soberanas com a volatilidade e a velocidade da luz, alterando, à medida que vai e que vem, o valor das moedas, as taxas de juros, as pautas de poupança, investimento e emprego, as taxas de crescimento do PIB assim como a vida cotidiana das pessoas. Seu tamanho e sua força são tão grandes que ultrapassam todos os esforços governamentais feitos para controlá-lo. A dinâmica financeira que o orientou muitas vezes colide com as políticas econômicas nacionais, quando não as veta de fato. Por longos períodos, suas tendências divorciam-se dos fundamentos subjacentes à economia real, produzindo desequilíbrios econômicos, desalinhamentos sem precedentes das taxas de cambio assim como as euforias e crises financeiras que caracterizam a época atual”.

As reservas cambiais dos bancos centrais dos principais países não agüentam enfrentar, por mais de dois ou três dias, o giro do mercado mundial de divisas estrangeiras.

Mesmo intervindo conjuntamente, os bancos centrais não são capazes de deter um ataque deslanchado contra qualquer moeda que venha a ser escalada como objeto de especulação. Atuando num contexto desregulamentado e descontrolado, o capital-dinheiro transformou-se numa força irresistível. Depois que decide avançar, seja em que direção for, não há mais ninguém no mundo capaz de fazê-lo parar, conforme ficou claro na crise do sistema monetário europeu. Em 1993, o Banco Central da França, atuando em conjunto com o da Alemanha, foi capaz de mobilizar apenas US\$ 300 bilhões para combater o ataque contra o franco. Quantia irrisória, bem inferior aos 5% dos recursos do mercado financeiro que, naquele momento, encontravam-se aplicados em divisas (Chesnais, 1994).

Se os governos acham-se fragilizados, imagine-se quão maior há de ser a impotência do empresariado. Para Antonio Ermírio de Moraes, a ciranda financeira transformou o mundo num “ilusório cassino”. E acrescenta: “os riscos de um grande desastre crescem de hora em hora(...). Enquanto a explosão não chega, os grandes prejudicados são os que vivem do trabalho. Eles é que estão bancando os juros que são auferidos pelos especuladores(...). Essa sangria é contínua, crescente, corrosiva, debilitante e fatal”.

4. Implicações sociais

A economia globalizada se faz acompanhar de graves implicações no campo social, espacial, cultural e político. Veja-se, por exemplo, o que nos contam Barnett & Cavanagh (1994). A pesquisa que fizeram, junto aos quadros superiores dos grandes grupos econômicos mundiais, mostra que a globalização da economia vai produzindo e acumulando problemas sociais que ela, não

obstante, é incapaz de resolver. Barnett & Cavanagh encontraram “dirigentes com ampla visão dos problemas globais que afetam seus respectivos mercados e com capacidade de pensar de maneira global bem superior à da maioria dos funcionários dos governos nacionais”. Tais dirigentes, porém, “não parecem refletir sobre as conseqüências sociais e políticas daquilo que fazem. Os impactos negativos das atividades de suas empresas sobre o mercado de trabalho, o meio-ambiente, a educação ou a vida familiar são tratados como elementos situados fora de seu alcance e que, portanto, não lhes dizem respeito(...). Seus olhos estão pregados no mercado globalizado; para eles, a grande maioria das pessoas que povoam o mundo permanece invisível”.

Em termos sociais o fenômeno típico do mundo atual é a exclusão. A um tal ponto que Dahrendorf (1995) chega a dizer que “a questão fundamental dos nossos tempos não é a justiça no sentido tradicional da distribuição e, sim, a inclusão”.

Taxas de desemprego elevadas passaram a ser comuns em quase todos os países. E vieram para ficar. São estruturais, não decorrem de flutuações temporárias do ciclo econômico: provém, ao contrário, de determinações constitutivas da ordem econômica contemporânea. Mais do que isso: desempregar tornou-se um ideal, buscado por todas as organizações públicas e privadas como um símbolo de sucesso, como a prova definitiva da aplicação bem sucedida de estratégias racionais de ajustamento às condições de mercado. Durante os anos dourados a relação que se prezava era mais desenvolvimento econômico para gerar mais empregos e melhorar os salários. Atualmente, mais modernização significa mais racionalização formal, mais eliminação das “desvantagens comparativas”, portanto, mais exclusão, tanto no setor privado, quanto no setor público.

A concorrência, fundada na aplicação intensiva do conhecimento técnico-científico, proporciona não só ganhos de produtividade como a contínua eliminação de postos de trabalho. A concorrência, além disso, através da “*global outsourcing*”, canaliza os investimentos para os pontos em que a rentabilidade se maximiza graças a remunerações mais baixas, leis menos exigentes e impostos mais reduzidos em número e valor.

Isso significa que o que se oferece como alternativa ao desemprego é o achatamento salarial e o empobrecimento do Estado. Nos Estados Unidos, apesar do imenso crescimento da produtividade do trabalho, a remuneração média dos assalariados permanece a mesma há 10 anos. Adicionalmente, os assalariados norte-americanos foram contemplados com boas doses de flexibilização da legislação para facilitar a contratação e a demissão da mão-de-obra, reduzir os gastos com encargos sociais e eliminar as garantias de estabilidade e seguridade no setor público. Salários achatados e Estado empobrecido significam, por sua

vez, mais gastos e menos recursos – públicos e privados – para financiar despesas com bem-estar social e desenvolvimento pessoal.

O efeito líquido de tudo isso manifesta-se na expansão da força de trabalho empurrada para a economia informal (só no Brasil seriam 30 milhões de pessoas), no aumento do sentimento de insegurança que aflige contingentes crescentes de trabalhadores tangidos, pelo desenraizamento, para as correntes migratórias inter-regionais e internacionais. Para coroar, verifica-se o surgimento do termo “subclasse” – termo macabro no dizer de Hobsbawm – cunhado para designar aquela parte da população que, por ter desistido de querer ganhar a vida na economia de mercado, passou a integrar aquela classe que, sendo “sub”, sequer pertence à sociedade de classes.

Nos Estados Unidos, sede do principal centro mundial de irradiação do credo neoliberal, o PIB de fato dobrou de tamanho durante os últimos trinta anos. Todavia, o grosso da riqueza produzida concentrou-se no topo da pirâmide social. Segundo Luttwak (1996), “a classe média encolhe a cada dia. Os segmentos que crescem são o dos muitos ricos e o dos muito pobres”. A taxa de desemprego, comparada com a européia, está baixa (5,8%). Em compensação, “desde o final dos anos 70, o salário pago aos trabalhadores vem sendo reduzido sistematicamente”.

Acrescentam-se a isso a intranqüilidade e o desalento trazidos pelas ondas de racionalização econômica. Com o aumento dos cortes destinados a enxugar os quadros de pessoal, os demitidos são forçados a buscar novos empregos, onde freqüentemente passam a ganhar menos do que antes. Além disso, como diz Luttwak, os novos empregos não eliminam “a insegurança aguda” e o “enorme baque psicológico que significa para as pessoas não ter compromisso com a empresa em que trabalham(...), não ter vínculos afetivos e identificação com os objetivos da empresa. É essa a realidade que se instala quando os funcionários podem ser demitidos a qualquer instante em nome do aumento da competitividade”. O que o Presidente Clinton está oferecendo ao povo é “mais livre comércio, mais desregulamentação da economia, mais busca de eficiência econômica, ou seja, mais turbocapitalismo, mais insegurança”.

R. Reich, professor de Harvard e ministro do governo Clinton, reconhece que, nos Estados Unidos, somente um quinto da população se beneficia com a globalização. Numa linha de perfeita coerência com o espírito dos novos tempos, a elite virou as costas para o seu próprio país, tanto em termos fiscais (não quer pagar impostos) e políticos (não quer participar), quanto em termos sociais (não se interessa pela sorte dos quatro quintos restantes), mesmo sabendo “que as tropas de guardas, os dispositivos de alarme e o sistema carcerário não serão capazes de lhes trazer mais do que uma relativa tranqüilidade” (Reich, 1993).

5. Implicações espaciais

Ao contrário do sentido de abrangência total que a palavra sugere, a globalização é excludente também em termos espaciais. A marginalização atinge a maior parte dos países situados fora da trilateral (Europa, Japão, Estados Unidos). Escapam apenas os países diretamente ligados a algum desses três pólos e os poucos NIC's (novos países industrializados) que conseguiram atingir, na década de 70, os níveis de produtividade exigidos pela competição internacional. Os demais não têm vez ou conseguem se integrar apenas na margem, parcial e precariamente, conforme se vê, nos últimos anos, pelo refluxo e reconcentração trilateral das transferências de tecnologia e dos investimentos diretos no exterior.

A globalização é seletiva e polarizadora não apenas entre países mas também entre regiões de um mesmo país ou zonas de uma mesma região. Existem ilhas de afluência espalhadas por todos os continentes, circundadas por manchas mais ou menos extensas de atraso, estagnação e desalento. Além disso, a distribuição espacial da prosperidade é eminentemente instável: qualquer área que hoje é privilegiada pode amanhã ser marginalizada em proveito da expansão de alguma outra nova área emergente. Pior ainda: como essas desconexões dependem apenas do jogo de forças objetivas e externas, as regiões vitimadas nada podem fazer para evitá-las.

O G-15 (grupo de países em desenvolvimento) acaba de reconhecer, na reunião de Buenos Aires, que a globalização vem aumentando o desemprego e a pobreza nas áreas periféricas do espaço planetário. Paradoxalmente, no entanto, reclamaram da insensibilidade do G-7 (grupo dos desenvolvidos). Esse protesto é curioso. Pede-se socorro aos países mais ricos como se eles não tivessem o direito de manter a nosso respeito a mesma atitude de fria indiferença que ostentamos em relação aos países mais pobres do que nós.

As práticas segregacionistas atualmente em curso comprovam que os bens situados pouco se importam com a desdita dos marginalizados. Ultimamente, expedientes de saneamento espacial passaram a ser adotados nas cidades mais prósperas do interior paulista, cujas prefeituras estão despachando para outras regiões os migrantes que ali chegam em busca de trabalho. Comentando a instituição dessa espécie de “muro social”, até mesmo a imprensa liberal mostrou-se indignada, observando que a autodefesa “contra a invasão dos despossuídos” visa proteger “situações sociais estabilizadas, no setor mais rico da Federação”, onde deveria haver “sentimentos de solidariedade diante da desgraça alheia”. Tais comunidades, “que se fecham num egoísmo 'natural', não têm mais valores humanos como ponto de referência”: os cidadãos tratam seus semelhantes “como estrangeiros que vêm perturbar sua tranqüilidade”.

Ao criticar os prefeitos das cidades paulistas, a imprensa liberal comete uma injustiça. No âmago da questão está o fato de que o segregacionismo é um

dos pecados mortais do processo geral de globalização. O fator trabalho não é tratado em pé de igualdade com o fator capital: para este, liberdade irrestrita; para aquele restrições discriminatórias. Do ponto de vista das empresas globalizadas, é fundamental que o mercado mundial não seja integrado quanto aos preços de venda da força de trabalho. Assim elas podem explorar as diferenças de remuneração de uma região para outra. Em seus deslocamentos pelo espaço a busca de custos de mão-de-obra mais baixos, as empresas vão gerando desempregos nas áreas das quais se retiram ao mesmo tempo em que criam emprego precário nas áreas em que aportam.

Por outro lado, faz-se de tudo para evitar que essa diferença de remuneração suscite um movimento migratório universal – de toda a mão-de-obra mal paga – dirigido às poucas regiões do mundo em que os salários são atrativos. O mapa da localização da força de trabalho tem que ser congelado para que só ao capital seja garantido o direito de ir e vir. Os prefeitos paulistas representam, assim, apenas uma gota d'água no oceano das medidas protecionistas que restringem a liberdade do fator trabalho.

A gravidade da situação social avulta quando analisamos a globalização do ponto de vista de suas implicações espaciais. Não foi só o segundo mundo que ruiu com a *debacle* do comunismo. O terceiro mundo também está se desintegrando como entidade relativamente homogênea. Como observa Castells (1991), algumas regiões e grupos sociais estão se incorporando à economia mundial ao mesmo tempo que outros territórios e suas populações são deixados para trás. Os que são abandonados não têm mais interesse para o sistema “ por serem demasiado pobres para se tornarem mercados e demasiado atrasados para valerem como força de trabalho” na era da sofisticação tecnológica. Muitos “grupos sociais, culturas, regiões e países se tornam irrelevantes para a dinâmica econômica e passam a ser problemas sociais (...) não mais sociedades em pé de igualdade com o resto da espécie”. Os setores assim rejeitados, seja no South Bronx, em La Courneuve, no planalto andino (...) ou nas aldeias iranianas, resistem ao seu desaparecimento nas lixeiras planetárias, onde se acumulam os fragmentos inutilizáveis de humanidade em torno da rampa de lançamento da nova história”.

Sua reação assume várias formas: a violência como meio de vida, a exploração de mulheres e crianças, o narcotráfico, o contrabando, os saques e os arrastões, o apelo irracional à identidade étnica e religiosa que, ao assumir a forma de fanatismo, tende a converter à luta do “terrorismo fundamentalista” na “guerra mundial do século XXI”. Se a globalização cria “a irrelevância de uma parte importante da população mundial, os indivíduos e as sociedades assim ignorados, reduzidos a uma condição infra-humana, respondem com a redefinição autônoma dos critérios de humanidade e declaram não-humanos, infiéis e satânicos os que se integram no novo sistema”.

6. Implicações culturais

O quadro espacial retrata com tintas fortes o desastre cultural produzido pela globalização. Por aí se vê que, na análise da questão social em toda a sua amplitude, não podemos nos limitar às situações de pobreza e de exclusão circunscritas ao campo da vida material. É imprescindível que a análise incorpore também a miséria espiritual e a alienação intelectual que vitimam as populações de todos os países, do primeiro ao último dos mundos.

O ajustamento às condições impostas pelo capitalismo contemporâneo produz, inevitavelmente, processos regressivos. Os fundamentalismos, por exemplo, nascem do esforço altamente meritório, embora de baixíssimo nível, de recompor os significados da vida sociocultural que a globalização desrespeita e destrói. São manifestações de uma humanidade decaída que tenta se erguer, sem no entanto dispor dos recursos espirituais que a sociedade de mercado jamais será capaz de produzir ou distribuir.

Os fundamentalismos – assim como, de outra forma, as drogas, a apatia ou o consumismo – são manifestações dos processos de destituição que transcorrem no campo cultural. De onde eles vêm?, pergunta Kurz (1993): “vêm justamente do interior do próprio mundo dominado pela economia de mercado”, no qual as relações, os sentimentos e os ideais humanos são reduzidos a simples cálculos de custo e benefício.

Os mecanismos de mercado desconsideram o fato de que os vínculos não-econômicos, dos quais depende a organicidade da coexistência humana, são anteriores e irredutíveis à linguagem dos interesses capitalistas. O livre curso das forças econômicas atropela valores, normas e instituições que, compondo o tecido das tradições comunitárias, dão sentido e orientação ao comportamento dos atores sociais. Com a invasão do cultural pelo econômico, tudo que parecia ser sólido se desfaz para dar lugar a realidades anti-sociais: de um lado, o primado da eficiência; de outro, a irrestrita liberdade dos indivíduos.

Esses vetores, que certamente fazem vicejar a economia de mercado globalizada, estiolam a família e a nação, vale dizer, duas referências básicas para a formação da personalidade, da identidade social e do reconhecimento mútuo.

A comunidade familiar, cada vez mais despojada das funções que no passado desempenhava (funções econômicas, de socialização, de cooperação e de amparo) vai sendo destituída de qualquer outra razão de ser. Os dados disponíveis são eloqüentes: o número de divórcios aumenta constantemente, chegando a crescer, na Inglaterra, cinco vezes em uma só década; nas grandes cidades a proporção de domicílios singulares aproxima-se de 50%; a quantidade de lares defalcados pela ausência de um dos cônjuges é outro indicador da progressiva deterioração do ambiente familiar.

Para Luttwak (1996), estamos vivendo numa sociedade em que “as pessoas perderam as redes de apoio – material e emocional – tradicionalmente fornecidas pela família”. Nos setores de vanguarda “se entende por família o indivíduo sozinho divorciado (...). Os americanos passaram a desconhecer primos e tios como familiares. Mesmo pais e irmãos são mantidos a uma distância conveniente”.

A sociedade não consegue mais evitar o rompimento dos laços que asseguram a continuidade intergeracional. Ao mesmo tempo em que, de um lado, a autoridade paterna e materna se debilita e se anula, surge, de outro lado, uma juventude desregrada que se libertou do peso da tradição (a custa de ficar sem passado) e se livrou das responsabilidades sociais (a custa de abrir mão da construção do futuro). São os famosos rebeldes sem causa que acabam erigindo-se a si mesmos em segmento social separado e autônomo (ainda que fugaz) contraposto a tudo que seja fator limitante da ação: ordem, estruturas, normas, hierarquias, princípios, alianças, compromissos, estratégias e táticas (Hobsbawm, 1994). Ou, como diz Kurz (1993): “a juventude de classe média, numa atitude narcisista, abandonou os preceitos morais e deixou de lado o trabalho intelectual. Seu espírito capitulou diante do mercado globalizado”.

Criou-se uma subsociedade de consumo vorazmente dedicada a absorver a produção das indústrias que exploram os “símbolos de identidade cultural”. O dinheiro jovem fala grosso: nos Estados Unidos, entre 1955 e 1973, a venda de discos de rock passou de 277 milhões para 2 bilhões de cópias. As indústrias de mídia montaram um bazar mundial no qual se oferecem mercadorias culturais cada vez mais estandardizadas que eliminam a reflexão e nivelam o gosto por baixo para homogeneizar e universalizar a demanda, gerando assim economias de escala e lucros concentrados.

É verdade que, ultimamente, começou-se a dizer que essa época já está superada. Para a teoria que está em moda, a cultura de massas estaria acabando graças aos novos métodos pós-fordistas de produção, viabilizados pela microeletrônica.

As novas tecnologias de produção flexibilizada e customerizada consegue atender a clientelas cada vez mais diferenciadas: “a individualidade é premiada” e as pessoas não são mais tratadas como “peões nos mercados de massa”. O progresso técnico, acrescenta o consultor de empresas R. Mckenna, “deu poder as pessoas na forma de várias escolhas e forçou as grandes corporações a se dobrar às diferentes preferências dos consumidores”. Nas gôndolas dos supermercados americanos a quantidade de produtos oferecidos subiu de mil em 1950 para 10 mil em 1980 e 30 mil hoje em dia”. Dentro em breve, os operários voltariam a ser artesãos e suas obras-primas teriam que ser assinadas por exigência de um público ultrarefinado.

Por enquanto, porém, quem tem razão é Frias Filho (1995). “A fragmentação do consumo em guetos e dialetos” diz ele, “reproduz a cultura de massa em outro patamar, acentuando, porém, os seus traços característicos. A extrema variedade das escolhas é exatamente o que nivela todas elas, tornando cada experiência cultural igualmente fortuita, indiferenciável e inautêntica”. A variedade da oferta não elimina a estreiteza da demanda.

Não só a família. Também a nação está soçobrando. “Ao longo do século XIX”, observa Touraine (1995), “a idéia de nação triunfou tanto na Europa quanto na América do Sul sob a influência dos modelos francês e americano. Os movimentos de libertação nacional e a queda dos impérios coloniais possibilitaram a difusão do ideário nacional na África, no mundo árabe e em toda a Ásia. Neste final de século, porém, em que o mercado globalizado testemunha a formação de entidades supranacionais (...) a idéia nacional aos poucos perde sua força”.

A globalização da economia funciona simultaneamente contra os dois componentes da entidade conhecida como Estado-nação. De um lado, ela erode o ser específico do Estado; de outro, ela priva de significado as atitudes e comportamentos que sacrificam interesses individuais ou de grupos particulares em nome da comunidade nacional. Poucos são os que ainda se sentem comprometidos com essa totalidade multifacética, integradora de distintas classes, raças, regiões e setores, supostamente capaz de fazer a síntese das diferenças sob a égide de uma origem, uma cultura e uma história comuns. Pensar, sentir e agir como membro da nação simplesmente deixa de ter sentido, a não ser como arcaísmo, no mundo liberal-globalizado.

Dá-se, porém, que, para viver, as pessoas precisam estar imersas num meio ambiente comunitário, como peixes dentro d'água. Na ausência das comunidades existencialmente ricas e fundamentais, constituídas pela família e a nação, descobrem-se ou até mesmo inventam-se comunidades alternativas nas quais se buscam abrigo seguro, companhia fraterna e razão de ser.

Proliferam por toda parte as comunidades étnico-regionais e os movimentos separatistas que fragmentam tanto pequenos estados unitários quanto grandes federações, como quem diz: façamos a segregação – a nosso favor – antes que alguém a faça – contra nós. Surgem novas seitas religiosas e renovam-se ou exacerbam-se as mais antigas visando justamente reanimar o fervor comunitário. Grupos de adolescentes organizam-se em tribos, cada qual com seus usos e costumes particularizantes e diferenciadores. No mundo do crime multiplicam-se as máfias. Enquanto o espaço da política institucional se encolhe, o da não-institucional se amplia, dando lugar à proliferação das ONG's que tendem a mimetizar o fenômeno comunitário ao se representarem como seres da “cidadania auto-organizada”. Antigas mobilizações sociais, como é o caso dos negros norte-americanos, ressurgem ampliadas e revigoradas, sob o acicate dos

Black Muslims. Os próprios índios, comunitários por excelência, como que também se dinamizaram: os zapatistas em Chiapas, os mesquitos na Nicarágua, os aimarás na Bolívia.

Nem todo o mundo tem a sorte de poder lançar mão de uma comunidade mais ou menos “natural”. Pouco importa, porém: na falta do natural valoriza-se o artificial, como no caso das torcidas organizadas, e até mesmo o espúrio, como parecem ser certos rituais de seitas para-religiosas. Tais pseudo-comunidades, a despeito de tudo, são altamente satisfatórias. Caso contrário, o palmeirense Paulo Serdan, presidente da Mancha Verde, não poderia dizer: “Se acabarem com as torcidas uniformizadas seremos mais de 80 mil jovens sem ter no que acreditar”. Tão pouco poderia o reverendo Moon celebrar, via satélite, o maior casamento coletivo da história, numa cerimônia em que se uniram, simultaneamente, cerca de 800 mil casais, distribuídos pela Ásia, Europa, América Latina, África e Estados Unidos. Os participantes, usando exatamente as mesmas roupas e adornos, perfazendo os mesmos gestos e proferindo os mesmos juramentos, prometeram amor eterno a parceiros que, na maioria dos casos, tinham acabado de conhecer – detalhe essencial, posto que reitera a convicção de que o indivíduo se anula na comunidade. Para coroar, os casais tiveram que renunciar à lua de mel, permanecendo durante 40 dias em regime de celibato pós-nupcial, recolhidos para meditar e rezar, nos antípodas “desse mundo cheio de egoísmo e imoralidade”.

7. Implicações políticas

O impacto da globalização econômica na esfera da política é arrasador. Processos radicais de mudança foram desencadeados, três dos quais serão aqui destacados.

O primeiro deles é o processo de esvaziamento do Estado. Em todos os países, embora em alguns mais do que em outros, o Estado vem perdendo poder, recursos e funções. Faltam-lhe, cada vez mais, condições para controlar suas finanças já que preços cruciais como os do câmbio, dos juros, das tarifas e das *commodities*, assim como o tamanho do déficit nos orçamentos e no balanço de pagamentos, não constituem matérias suscetíveis de serem definidas por meio de decisões exclusivamente internas e soberanas. Falta-lhe também capacidade para atuar como motor do desenvolvimento já que as decisões de investimento, assim como a geração de progresso técnico submetem-se cada vez menos a critérios decorrentes de algum tipo de planejamento governamental. Faltam-lhe, finalmente, os meios para atender, de modo satisfatório, as necessidades de educação, saúde, habitação, seguridade, meio ambiente e segurança pública. Até mesmo no que diz respeito ao provimento de capital social básico (estradas, portos, saneamento e energia) pouco se pode esperar do Estado hoje aviltado e

exaurido, entregue à ganância de uma economia desgastada, liberta dos condicionamentos sociais e pautada apenas por suas próprias leis de movimento.

Em lugar do desenvolvimento, do pleno emprego e do bem estar, o Estado, como diz Belluzzo (1995), acima de tudo “tem que cuidar de sua credibilidade diante dos mercados financeiros, um tribunal de cujas decisões não cabe recurso”. Até mesmo o governo dos Estados Unidos, a maior potência mundial, “assiste quase impotente ao desdobramento das estratégias de localização e de divisão interna de trabalho da grande empresa e está cada vez mais a mercê das tensões geradas nos mercados financeiros”. Para tornar as coisas ainda bem piores, acontece “que a ação do Estado é vista como contraproducente pelos bem sucedidos e integrados e como insuficiente pelos desmobilizados e desprotegidos: essas duas percepções convergem na direção da deslegitimação do poder administrativo e da desvalorização da política”.

Andrew Marr é igualmente pessimista. Analisando a situação da Inglaterra, concluiu que “os poderes do Estado britânico foram reduzidos brutal e drasticamente pelo grande acontecimento mundial dos tempos hodiernos: a criação do mercado financeiro global. O Estado-nação perdeu seu poder, que foi parar nas mãos dos mercados e das gigantescas companhias que estão por trás deles (...). Os países precisam das grandes empresas que oferecem empregos, avanço tecnológico, experiência administrativa e arrecadação de impostos. (...) As grandes companhias globais ficam por cima quando negociam com os governos. Ministros e parlamentos que refutam suas opiniões sobre normas, impostos ou leis trabalhistas vêem seus países deixados para trás porque as empresas dão de ombros (...) e partem para outro país (...). Este é um mundo governado por uma nova classe global de empresários sem pátria”.

“Banqueiros centrais não-eleitos estão governando a nova economia global” é o que nos diz Solomon (1995). “A crescente importância dos banqueiros centrais é uma manifestação do dinheiro-sem-estado” (o capital-dinheiro desregulamentado). “Trata-se de um fenômeno dual: de um lado, o advento do dinheiro-sem-estado; do outro, a proeminência dos banqueiros centrais (...). Nos últimos 15 anos, os banqueiros centrais modelaram o curso dos acontecimentos econômicos e políticos. Sua influência, comparada com a dos líderes políticos eleitos, atingiu um ponto máximo (...). Isso representa o maior e mais premente perigo com que hoje se confronta a sociedade democrática”.

Em resumo, o que sobrou do poder esvaziado do Estado nacional concentrou-se nas mãos de autoridades não-eleitas, politicamente irresponsáveis. Certo. Mas ao contrário do que diz Solomon, isso representa muito mais do que um simples “perigo para a sociedade democrática”. A saber.

A segunda mudança radical é a obsolescência da democracia. Para usar um termo da moda, dinossauros não são apenas os estadistas, os nacionalistas ou os socialistas: os democratas também viraram seres do passado, pregadores de

antigos ideais. Não conseguem compreender, nem muito menos aceitar o fato de que as condições atuais, aqui como alhures, são francamente desfavoráveis à implantação e ao florescimento do regimento político democrático.

A democracia requer, como condição *sine qua non*, a existência de um Estado-nação soberano. A prova disso é dada pelo sistema colonial: se o “demo” está na colônia e a “cracia” na metrópole, não pode o povo da colônia participar do processo decisório central que, por definição, transcorre fora do seu alcance. Com toda a razão, Held (1991) lembra que a teoria democrática sempre pressupõe que o autogoverno é possível porque, sendo soberano, o Estado-nação “detém o controle de seu próprio destino e está sujeito apenas aos limites que lhe são impostos por atores, agências e forças que operam no interior de suas fronteiras territoriais”. Desde que o Estado seja soberano, “a origem das mudanças sociais encontra-se em processos internos à sociedade”.

Caso contrário, não é possível pôr em prática o princípio da autodeterminação dos povos e reger pela regra majoritária a determinação das decisões de Estado, as quais se aplicam, por definição e compulsoriamente, a todos os membros da população. Em outras palavras, o conceito de democracia requer que os poderes estatais sejam exercidos por meio de um regime político que organiza a luta política em conformidade com o princípio da soberania popular, um regime que, portanto, converte os súditos em cidadãos dotados de direitos políticos verdadeiramente eficazes. Se o Estado for soberano, ele pode comportar um governo capaz de agir como representante da vontade majoritária do povo. Se não for, não pode.

A democracia, como qualquer outro regime político, diz respeito à disputa pelo controle do lócus do poder supremo. Quando esse ponto se debilita, infectado pela heteronomia, quando os instrumentos de ação governamental se esvaziam e entram em declínio, transformados em meras estações repetidoras de uma vontade estranha, talvez se possa dizer, com Bull (1991) – autor de uma obra sugestivamente intitulada: “A sociedade anárquica” – que está surgindo uma nova ordem política universal de caráter neo-medieval, por analogia com a situação vigente na Idade Média européia, onde “um sistema de autoridades sobrepostas e lealdades múltiplas” fazia com que “nenhum governante fosse soberano”, no sentido de ser a autoridade suprema e exclusiva sobre um dado território e a respectiva população. Cada governante tinha que compartilhar sua autoridade: para baixo, com os barões, os bispos e as cidades; para cima, com o papa e o imperador; para fora, com os prestamistas e os mercadores de longo curso. Num sistema assim descentrado, cada um cuida de si e ninguém do todo. Onde nenhuma autoridade é soberana, a democracia – o regime da soberania popular – é simplesmente impensável.

A terceira novidade é o desmoroamento dos partidos políticos, entendidos como organizações abertas à participação sistemática dos militantes. Já não se ouve mais falar de partidos de massa, capazes de funcionar na esfera pública fora do ciclo eleitoral-parlamentar, partidos legitimados como sujeitos permanentes, indispensáveis e centrais ao processo político nacional.

As bases partidárias estão desertas, literalmente despovoadas. E é natural que assim seja. O absentismo do cidadão demissionário é fruto de um raciocínio lapidar: se as próprias autoridades eleitas reinam mas não governam, o que nós outros, homens e mulheres do povo, temos a fazer no âmbito da vida político-partidária? Rigorosamente nada, ou melhor dizendo, nada que não seja em vão. É natural, portanto, que “os cidadãos se distanciem da política, largando pela estrada seus direitos, seus partidos, seus representantes” (Nogueira, 1995). Até mesmo no PT, onde se imaginava indefinidamente acesa a chama da participação, houve diminuição da “militância sistemática”, segundo o seu ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. No lugar da política institucional instalaram-se comunidades, ONGs, tentativas de intervenção participativa e formas de ação direta, como é o caso das invasões dos sem-terra.

Tudo indica, diz Tarso Genro, que “é preciso reinventar o processo democrático”. Frente à revolução da informática e face à “fragmentação completa da sociedade de classes”, “o processo democrático clássico” tornou-se “incapaz de formar uma vontade geral que se expresse como hegemonia e consenso livremente pactuado”. O que fazer? Reinventar o processo democrático, aprofundando-o e radicalizando-o?

Antes, porém, precisaríamos ter certeza de que o que se passou a chamar de democracia (nos meios de comunicação, nas igrejas, nos sindicatos ou nas ONGs) é mesmo democracia. Se não somos capazes de conceituar a democracia, como vamos poder “reinventar o processo democrático”? Não há democracia sem teoria da democracia. Caso contrário, corre-se o risco de chamar de democrático o que não passa de apenas liberal ou anárquico.

O que nos compete fazer, antes de mais nada, é reconhecer a realidade que está diante de nossos olhos: nas condições atuais, não há lugar para a democracia. É preciso que isso fique bem claro para que não se pense que alguma democracia inventada pode preencher o espaço vazio deixado pela inexistência da democracia propriamente dita. Uma coisa é não haver democracia; outra coisa, bem pior, é deixar de querer ter a democracia que não há. Essa renúncia é o que a globalização exige dos democratas. O mundo mudou: ajustem-se, mudem de idéia!

E os democratas mudaram de idéia. Convertidos em ex-democratas, abandonaram os fundamentos do regime democrático: os valores (participação política) e as instituições (os partidos políticos, sua inserção nos processos decisórios, seus desdobramentos nas lutas ideológicas). Simultaneamente, o

espaço da esfera pública que, por justiça, deve caber aos valores e as instituições típicas da democracia foi invadido e ocupado por valores e instituições absolutamente impróprios, essencialmente incapazes de assegurar o princípio da soberania popular.

Todos nós, como cidadãos, somos vítimas dessa injustiça, mas nem sequer nos damos conta de que esse estado de coisas decorre, entre outros fatores, do comportamento antiético dos meios de comunicação, das igrejas, dos sindicatos e das ONGs que se valem dos recursos inerentes às suas respectivas esferas (Walzer, 1983; Martins, 1994) para invadir e colonizar o campo específico da política. Embora sejam tiranos em pleno exercício da tirania, não há nada que afete sua boa consciência. A ética não os preocupa. Só se referem a ela para atacar os políticos profissionais. Só nos outros, nunca em si mesmos, constata-se a falta de ética.

Conclusão

Seja como for, o fato que queremos ressaltar à guisa de conclusão é que, nos dias de hoje, o enfrentamento das questões econômicas, sociais, espaciais e culturais tornou-se extremamente difícil justamente pela ausência das crenças e dos meios de ação sem os quais não pode haver o desenvolvimento das lutas políticas e ideológicas.

Não alimentemos ilusões. Precisamos pensar as implicações do processo de globalização da economia a partir daquilo que efetivamente somos: um país capitalista periférico, politicamente liberal-bonapartista, que optou pela via do desenvolvimento dependente-associado. Essa é a situação histórica que nos caracteriza objetivamente. Nada poderá ser construído com fundamento naquilo que imaginamos ser: um Estado nacional, soberano e democrático, em transição para um futuro pós-capitalista.

Carlos Estevan Martins é

Referências bibliográficas

- AMSDEN, A.H. *Asia's next giant*. New York: Oxford Press, 1989.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., org. *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AZEVEDO, C.B. *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Ed. Entrelinhas, 1995.
- BARNET, R.; CAVANAGH, J. *Global dreams: imperial corporation and the new world order*. New York: Simon and Schuster, 1994.

- BELLUZZO, L.G.M. A política da globalização. *Folha de São Paulo*, São Paulo, set.1995.
- BRAGA, J.C.S. *A financeirização da riqueza*. (A macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais). São Paulo: IESP/Fundap, 1992.
- BULL, H. The anarchical society. In: HELD, D. *Political theory today*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1991. p. 223.
- BURLAMAQUI, L. Política de organização do capitalismo na Coréia do Sul. *Argumento*, n. 1, 1992.
- CASTELLS, M. O começo da história. *O Socialismo do Futuro*, v.1, n. 2, 1991.
- CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.
- DAHRENDORF, R. *Quadrare il cerchio*. Laterza, 1995.
- FRIAS FILHO, O. Adeus às massas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 1995.
- HELD, D. *Political theory today*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1991.
- HOBBSBAWM, E. *The age of extremes*. New York: Pantheon Books, 1994.
- HOLLOWAY, J. Global capital and the national state. In: BONEFELD, W., ed. *Global capital, national state and the politics of money*. London: St.Martin's Press, 1994.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LUTTWAK, E. O capitalismo turbinado e suas conseqüências. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, jul. 1996.
- MARTINS, C.E. *O circuito do poder*. São Paulo: Ed. Entrelinhas, 1994.
- MORAES, A.E. A globalização da ciranda financeira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 1995.
- NOGUEIRA, M.A. A globalização da política. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 5 out. 1995.
- OFFE, C. Razão e política. *Lua Nova*, São Paulo, n.19, nov. 1989.
- RATTNER, H. *Globalização: em direção a um mundo só?* São Paulo: USP.Instituto de Estudos Avançados, 1996. (Paper)
- REICH, R. *L'économie mondialisée*. Paris: Dunod, 1993.
- SOLOMON, S. *The confidence game*. New York: Simon and Schuster, 1995.
- TOURAINÉ, A. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, São Paulo, 1995.
- WALZER, M. *Spheres of justice*. Oxford: Blackwell, 1983.

Resumo

O artigo examina os efeitos da globalização em vários campos – social, espacial, cultural, político – e em especial sobre a democracia. Seu argumento central é o de que a globalização destrói as condições que tornam possível a construção e o funcionamento do regime democrático. Concentra-se na análise de uma situação específica, qual seja, de um país subdesenvolvido situado na periferia do sistema mundial.

Palavras-chave: Globalização; Democracia; Estado nacional; Cultura; Espaço.

Abstract

The paper examines the effects of globalization on several fields – social, spatial, cultural, political – and particularly on democracy. Its central point is that globalization destroys the conditions which make the construction and functioning of the democratic regimen possible. It concentrates on the analysis of a specific situation, namely that of an underdeveloped country situated on the periphery of the international system.

Key words: Globalization; Democracy; State; Culture; Space